



MPC/DF

Fl.: 123  
Proc.: 5062/94

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

**PROCESSO: 5062/1994 (apenso o de nº 3336/1989-TCDF)**

**RELATORA: Conselheira Anilcéia Machado**

**PARECER: 0183/2014-MF**

**EMENTA:** Aposentadoria voluntária e revisão de proventos julgadas legais. Superveniente constatação de tripla acumulação de proventos. Vedação constitucional. Unidade técnica sugere comunicar o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Saúde do ilícito para as providências que julgarem necessárias. Parecer divergente do MPC. Por determinação à Secretaria de Estado de Saúde do DF tendente a regularizar o caso, mediante opção do interessado pelos vínculos que pretenda manter, nos termos da LC nº 840/11, sem prejuízo de respectiva comunicação àqueles órgãos.

Retornam ao Ministério Público estes autos, que trataram da aposentadoria voluntária/proporcional e posterior revisão de proventos de Waldir de Santana, no cargo de Médico do Quadro de Pessoal da SES/DF, matrícula nº 110.151-X, as quais foram consideradas legais pela e. Corte nos termos das Decisões nºs 9.190/2000 e 4.918/2010, respectivamente (fls. 48 e 107).

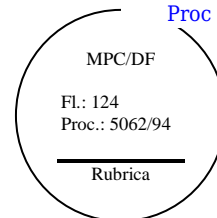
2. Nesta oportunidade, informa a unidade técnica que, conforme apurado em procedimento de auditoria na SES (Processo nº 29590/2013), o inativo acumula outras duas aposentadorias estatutárias, a saber:

“O primeiro, e mais antigo, refere-se à aposentadoria também na Secretaria de Saúde e também no cargo de Médico, conforme consta do Processo apenso nº 3336/89, cuja inativação foi considerada legal pelo Tribunal na Sessão de 11/10/1990, fls. 21 do apenso. Já o segundo refere-se à aposentação do servidor no Ministério da Saúde, novamente no cargo de Médico, cujo ato foi publicado no DOU de 12/05/2008 com registro pelo TCU mediante o Acórdão nº 5807/2011 – 1ª Câmara.”

3. A respeito, preliminarmente, assevera que, à luz da Constituição Federal (art. 37, inc. XVI), *“não encontra amparo no texto constitucional a tripla acumulação do servidor, ainda que já concedidas as respectivas inativações”*.

4. Noutro giro, considerando que, *“nas situações relatadas, as aposentadorias e os respectivos registros no âmbito distrital antecederam ocorrências análogas no que se refere ao cargo federal exercido pelo servidor”*, entende que tal circunstância *“remete para aquela esfera de governo a necessidade de exame da acumulação de cargos/proventos.”* Assinala, ademais, que o decurso do prazo, após o registro por este TCDF das inativações mencionadas, constituiria óbice à sindicabilidade dos atos na seara distrital.

5. Dessarte, ao finalizar, sugere que se *“comunique ao Tribunal de Contas da*



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

*União e ao Ministério da Saúde, a fim de que adotem as providências que considerarem cabíveis, que o servidor WALDIR DE SANTANA (CPF: 003.104.331-34) acumula, em desacordo com o artigo 37, inciso XVI da CF/1988, três aposentadorias no cargo de Médico, sendo duas delas no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (matrículas nºs 0110151-X e 1400552-2), registradas por esta Corte Distrital, em 05/12/2000 e 11/10/1990, e outra no âmbito federal, registrada posteriormente, conforme Acórdão nº 5807/2011 – 1ª Câmara”, e, após, autorize o arquivamento dos autos.*

6. Este Ministério Público, porém, não coaduna com o entendimento expendido pela digna unidade técnica.

7. No presente momento processual, como visto, questiona-se a possibilidade do recebimento cumulativo de 03 (três) aposentadorias, todas no cargo de Médico e concedidas por tempo de serviço: a primeira, proporcional, em 1989, no Quadro de Pessoal do DF (considerada legal por esta e. Corte em outubro/1990 – fl. 21-apenso); a segunda, em 1994, pela extinta Fundação Hospitalar do DF, também proporcional (registro de legalidade em dezembro/2000 – fl. 48), alterada em 2009 (integralização dos proventos – registro de legalidade em setembro/2010 – fl. 107); e a terceira, no Quadro Permanente do Ministério da Saúde, integral, concedida em maio/2008 (registro de legalidade pelo TCU em agosto/2011).

8. Nesse quadro, preliminarmente, impende ressaltar que o e. Supremo Tribunal Federal há muito assentou juízo refratário à hipótese de tríplex acumulação de cargos, sedimentando que, seja na ordem constitucional anterior, seja na atual, se na atividade não há possibilidade de triplo acúmulo no serviço público, inviável considerar lícita sua projeção na inatividade ou a acumulação de proventos e vencimentos. Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados<sup>1</sup>:

“Agravos regimentais em recurso extraordinário. 2. Acumulação de um provento de aposentadoria com dois vencimentos da atividade. 3. Impossibilidade. 4. Interpretação restritiva do art. 11 da EC 20/98. Possibilidade de acumular um provento da inatividade com um vencimento de cargo da ativa, no qual tenha ingressado antes da publicação da referida emenda, ainda que inacumuláveis os cargos. 5. Vedada em qualquer caso a cumulação tríplex de remunerações. 6. Agravo regimental a que se nega provimento.”

(RE 328109 AgR / SP, Relator: Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 22.02.2011)

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MAGISTÉRIO. ACUMULAÇÃO TRÍPLEX DE PROVENTOS E VENCIMENTOS. SUPERVENIÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 20/98. INAPLICABILIDADE. 1. A acumulação de proventos e vencimentos somente é permitida quando se tratar de cargos, funções ou empregos

<sup>1</sup> Outros mais: RE 613399 AgR / RJ (2ª Turma; Relator: Min. Ricardo Lewandowski; julgamento: 14.08.2012) e ARE 668478 AgR / RJ (2ª Turma; Relator: Min. Ricardo Lewandowski; julgamento: 14.08.2012).



MPC/DF

Fl.: 125  
Proc.: 5062/94

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

acumuláveis na atividade, na forma permitida pela Constituição do Brasil. 2. Inaplicabilidade, no caso, da Emenda Constitucional n. 20/98, vez que inadmissível, na ativa, a acumulação de três cargos de magistério. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.”

(AI 567707 AgR / PR, Relator: Min. Eros Grau, Segunda Turma, julgado em 23.05.2006)

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR. TRIPLA ACUMULAÇÃO DE CARGOS. INVIABILIDADE. TRANSCURSO DE GRANDE PERÍODO DE TEMPO. IRRELEVÂNCIA. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. 1. Esta Corte já afirmou ser inviável a tripla acumulação de cargos públicos. Precedentes: RE 141.376 e AI 419.426-AgR. 2. Sob a égide da Constituição anterior, o Plenário desta Corte, ao julgar o RE 101.126, assentou que "as fundações instituídas pelo Poder Público, que assumem a gestão de serviço estatal e se submetem a regime administrativo previsto, nos Estados-membros, por leis estaduais são fundações de direito público, e, portanto, pessoas jurídicas de direito público". Por isso, aplica-se a elas a proibição de acumulação indevida de cargos. (...) 6. Recurso extraordinário conhecido e provido.”

(RE 381204 / RS; Relatora: Min. Ellen Gracie; Segunda Turma; DJ 11.11.2005)

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MAGISTÉRIO. PROVENTOS E VENCIMENTOS: ACUMULAÇÃO TRÍPLICE. Art. 37, XVI e XVII. SUPERVENIÊNCIA DA EC 20/98. INAPLICABILIDADE. I. - A acumulação de proventos e vencimentos somente é permitida quando se tratar de cargos, funções ou empregos acumuláveis na atividade, na forma permitida pela Constituição. II. - Inaplicabilidade à espécie da EC 20/98, porquanto não admitida a acumulação, na ativa, de três cargos de professora. III. - Precedente do Plenário: RE 163.204/SP. IV. - Agravo não provido.”

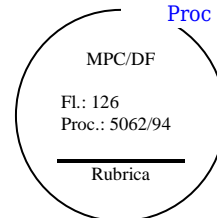
(AI 419426 AgR / SP, Relator: Min. Carlos Velloso, Segunda Turma, julgado em 13.04.2004)

“Recurso extraordinário. Administrativo. Funcionalismo Público. Acumulação de cargos. 2. Acórdão que concedeu mandado de segurança contra ato administrativo que afirmou a inviabilidade de tríplice acúmulo no serviço público. 3. Alegação de ofensa ao art. 37, XVI e XVII, da CF/88, e art. 99, § 2º, da CF pretérita. 4. A acumulação de proventos e vencimentos somente é permitida quando se tratar de cargos, funções ou empregos acumuláveis na atividade, na forma permitida pela Constituição. Precedente do Plenário RE 163.204. Entendimento equivocado no sentido de, na proibição de não acumular, não se incluem os proventos. RE 141.734-SP. 5. Recurso conhecido e provido, para cassar a segurança.”

(RE 141376 / RJ, Relator: Min. Néri da Silveira, Segunda Turma, DJ 22.02.2002)

9. Ainda, os precedentes do e. Superior Tribunal de Justiça:

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. TRÍPLICE ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NÃO-OCORRÊNCIA. RECURSO



**Ministério Público do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

ORDINÁRIO IMPROVIDO. 1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão segundo a qual os atos administrativos praticados anteriormente ao advento da Lei 9.784/99 também estão sujeitos ao prazo decadencial quinquenal de que trata seu art. 54. Todavia, nesses casos, tem-se como termo a quo a entrada em vigor de referido diploma legal, ou seja 1º/2/1999. 2. Mostra-se inviável a pretensão do recorrente de continuar percebendo de forma cumulada os proventos de três aposentadorias, pouco importando que sejam pagas por entes distintos ou que uma delas tenha sido concedida anteriormente à vigência da atual Constituição Federal. Inteligência dos arts. 99 da Constituição Federal de 1967 e 37, XVI, da Constituição Federal de 1988. Precedentes. 3. Recurso ordinário improvido.”

(ROMS 18310, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 18.09.2006)

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. MAGISTÉRIO. TRÍPLICE ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. PROIBIÇÃO. ART. 37, INCISO XVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EC Nº 20/98. PRECEDENTES. 1. A Agravante não trouxe argumento capaz de infirmar as razões consideradas no julgado agravado, razão pela qual deve ser mantido por seus próprios fundamentos. 2. *In casu*, ainda que a Agravante tenha logrado aprovação em concurso público anteriormente à vigência da Emenda Constitucional n.º 20/98, não tem direito adquirido à acumulação de vencimentos dos respectivos cargos com proventos de dois cargos de professor, tendo em vista que a ressalva constante no art. 11 da Emenda Constitucional n.º 20 veda, expressamente, em sua parte final, a percepção de "mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o artigo 40 da Constituição Federal", exatamente como se verifica na espécie. 3. Nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, com as alterações introduzidas pela EC n.º 20/98, não há direito líquido e certo à tríplice acumulação de proventos relativos a duas aposentadorias com o vencimento de um terceiro cargo para qual o servidor tenha sido nomeado em razão de aprovação em concurso público. Precedentes. 4. Agravo regimental desprovido.”

(AgRg no RMS 13.778/PR , Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 02.05.2006)

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. TRÍPLICE CUMULAÇÃO DE PROVENTOS E VENCIMENTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO. 1. A Emenda Constitucional nº 20/98, ao introduzir o parágrafo 10 no artigo 37 da Constituição da República, apenas transformou o entendimento jurisprudencial consubstanciado na interpretação do artigo 37, incisos XVI e XVII, e do artigo 95, parágrafo único, inciso I, da Constituição da República em texto constitucional, firmado no sentido de que é vedada a acumulação de proventos e vencimentos, salvo em relação a cargos acumuláveis na atividade. 2. A vedação constitucional à percepção cumulativa de três cargos públicos, entre proventos e vencimentos, sempre existiu, nada importando que as fontes pagadoras sejam diversas, pelo que não há falar em violação qualquer de direito



MPC/DF

Fl.: 127  
Proc.: 5062/94

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

adquirido no ato que cancela uma das aposentadorias em acúmulo inconstitucional. 3. Agravo regimental improvido.”

(AgRg no RMS 14.617/PR, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 01.07.2005)

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORA PÚBLICA. TRÍPLICE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. DOIS VENCIMENTOS COM PROVENTOS ORIUNDOS DE APOSENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 37, XVI DA CF/88. E.C. 20/98. ORDEM DENEGADA. PRECEDENTES. I - Consoante entendimento consolidado do Colendo Supremo Tribunal Federal, bem como desta Eg. Corte, a acumulação de proventos e vencimentos somente é permitida, quando se tratar de cargos, funções ou empregos acumuláveis na atividade. II - *In casu*, a impetrante ocupa dois cargos. O primeiro de professora municipal. O segundo de Técnica de Assuntos Educacionais da UFRJ, além de encontrar-se aposentada em terceiro, qual seja, de Especialista em Educação. III - Nos termos do art. 37, XVI da Constituição Federal de 1988, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional 20/98, não é permitida a tríplice acumulação, especialmente de dois vencimentos com proventos, ainda que todos os estípendios sejam provenientes de cargos providos mediante prévia aprovação em concurso público. Precedentes. IV - Segurança denegada.”

(MS 8.323/DF, Rel. Ministro Gilson Dipp, Terceira Seção, DJ 10.03.2003)

10. Tem-se, assim, que, acumulados três cargos públicos, dos quais geraram respectivos proventos de aposentadoria, resta extrapolado o limite desde sempre fixado também pela ordem constitucional pretérita, de dois cargos/empregos públicos, nada importando, como estampado na jurisprudência informada, que as fontes pagadoras sejam diversas, que o ingresso nos cargos tenha-se dado anteriormente à vigência da EC nº 20/98 ou o decurso de longo tempo desde o início dos pagamentos indevidos, pelo que não há falar, então, já de forma antecipada, em violação qualquer a direito adquirido, diante da vedação constitucional que se impõe.

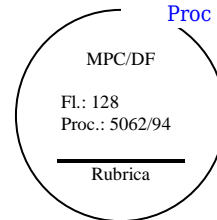
11. Nesse contexto, para se adequar à ordem jurídica em vigor e evidenciar sua boa-fé na ocorrência, deverá o servidor distrital inativo optar por duas das três aposentadorias que estão ilicitamente acumuladas, sob pena da instauração de processo disciplinar para apuração e regularização imediata. Isso é o que deflui do rol de procedimentos administrativos alusivos à hipótese, consubstanciados no art. 48 da Lei Complementar Distrital nº 840/11, *verbis*:

“Art. 48. **Verificada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal** de cargos, empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria, **o servidor deve ser notificado para apresentar opção** no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência da notificação.

§ 1º Em decorrência da opção, o servidor deve ser exonerado do cargo, emprego ou função por que não mais tenha interesse.

§ 2º Com a opção pela renúncia aos proventos de aposentadoria, o seu pagamento cessa imediatamente.





**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

§ 3º **Se o servidor não fizer a opção** no prazo deste artigo, o setor de pessoal da repartição **deve solicitar à autoridade competente a instauração de processo disciplinar para apuração e regularização imediata.**

§ 4º Instaurado o processo disciplinar, se o servidor, até o último dia de prazo para defesa escrita, fizer a opção de que trata este artigo, o processo deve ser arquivado, sem julgamento do mérito.

§ 5º O disposto no § 4º não se aplica se houver declaração falsa feita pelo servidor sobre acumulação de cargos.

§ 6º Caracterizada no processo disciplinar a acumulação ilegal, a administração pública deve observar o seguinte:

I – reconhecida a boa-fé, exonerar o servidor do cargo vinculado ao órgão, autarquia ou fundação onde o processo foi instaurado;

II – provada a má-fé, aplicar a sanção de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos ou empregos em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação devem ser comunicados.” (grifos postos)

12. Percebe-se, pois, que a legislação distrital disciplinou minuciosamente as etapas a serem seguidas na hipótese de acumulação ilegal de cargos, bem como as sanções aplicáveis em cada situação<sup>2</sup>, importando ressaltar que o princípio da legalidade implica na subordinação completa do administrador público à lei, de forma que, diante de uma situação ilegal, o gestor público é obrigado a tomar as medidas necessárias para corrigi-la a fim de eliminar a ilicitude.

13. A propósito, não se deve olvidar que a omissão do administrador diante de uma situação ilícita configura ato de improbidade administrativa, passível das cominações previstas no art. 12, inciso III, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92, aplicável em todas as esferas da federação), além das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, visto que sua inércia representa ofensa à lei, aos princípios da moralidade e imparcialidade, conforme consta do art. 11 desse diploma.

14. Por derradeiro, parece-nos notório que este TCDF é competente para apreciar a hipótese em comento, que envolve duas aposentadorias distritais, uma vez que lhe cabe apurar irregularidades e ilegalidades dos atos sujeitos a seu controle, consoante o disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 1/94, bem como zelar pela correta aplicação da lei e dos recursos públicos.

15. Forte nessas considerações, revela-se legal e legítimo que esta Corte de Contas atue no sentido de demandar da SES/DF a adoção de providências administrativas necessárias a sanar a situação inconstitucional de tríplex acumulação, o que pode ser ultimado sem prejuízo de que TCU e Ministério da Saúde venham a ser oficiados a respeito, para que adotem as medidas que julgarem pertinentes em suas respectivas

---

<sup>2</sup> Insta assinalar que o acúmulo ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria configura infração disciplinar grave punível com demissão (no caso de aposentado, cassação da aposentadoria), salvo na ocorrência de opção tempestiva na forma da LC nº 840/11, segundo inteligência de seus arts. 193, II, 202 e 203.



MPC/DF

Fl.: 129

Proc.: 5062/94

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

alçadas.

16. Ante o exposto, mormente em face de que a indigitada tríplice acumulação de cargos/proventos não encontra amparo jurídico válido perante o ordenamento constitucional, a teor de remansosa jurisprudência dos Tribunais Superiores pátrios, opina o Ministério Público por que o e. Plenário:

- I) determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias:
  - a) adote os procedimentos pertinentes a fim de elidir a acumulação ilícita de proventos pelo servidor inativo Waldir de Santana, no sentido de convocá-lo para optar por duas das três aposentadorias obtidas no cargo de Médico (em sede distrital, sob as matrículas nºs 110.151-X e 1.400.552-2; na esfera federal, matrícula SIAPE nº 527.499, vinculada ao Ministério da Saúde), nos exatos termos do art. 48 da LC nº 840/11;
  - b) alerte o nominado servidor das possíveis implicações legais a que estará sujeito na hipótese de não exercer, tempestivamente, a faculdade de opção de que trata a alínea anterior;
  - c) anexe aos autos o respectivo termo de opção, devidamente assinado;
  - d) edite, no caso de o servidor renunciar a um dos benefícios distritais, ato anulando a correspondente aposentadoria;
  - e) comunique este Tribunal, findo o prazo acima fixado, dos resultados das providências adotadas;
- II) autorize:
  - a) o envio de cópia do presente parecer à SES/DF com o objetivo de auxiliá-la na implementação das providências determinadas;
  - b) sejam oficiados o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Saúde acerca da presente deliberação; e
  - c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para os devidos fins.

É o parecer.

Brasília, 13 de março de 2014.

**Márcia Farias**  
**Procuradora**